

## **TRAVERSO, Enzo. *L'histoire comme champ de bataille: interpréter les violences du XXe siècle*. Paris: La Découverte, 2012.**

**Felipe Ziotti Narita\***

Em 2010, Dan Diner (2010, p. 9) questionava a atualidade do juízo (*Urteil*) histórico para o entendimento de questões e problemas prementes no mundo contemporâneo: a densa empreitada de Diner implica um mergulho na Ilustração e nas intrincadas relações tecidas entre o moderno, a modernidade e a modernização ao longo dos séculos XIX e XX. Questão semelhante foi levantada por Enzo Traverso em 2012, na obra *L'histoire comme champ de bataille* (“A história como campo de batalha” – ainda sem tradução brasileira), publicada pelas edições *La Découverte*. Diferentemente de Diner, no entanto, Traverso não se debruça sobre os séculos XVIII e XIX: as questões do mundo contemporâneo dizem respeito, sobretudo, ao insólito século XX. A reflexão e o juízo históricos iluminam os fantasmas de um século que se arrasta nas dobras do presente. Traverso, historiador que leciona Ciência Política da Universidade de Picardia Jules Verne, é bem conhecido por seus trabalhos sobre o genocídio nazista, os totalitarismos do século XX, as guerras europeias (1914-1945) e as obras de Siegfried Kracauer. Em *L'histoire comme champ de bataille*, o autor busca uma discussão teórica com as principais abordagens e conceitos propostos para o entendimento do século XX.

No primeiro capítulo, Traverso toma como eixo a análise das obras de Eric Hobsbawm, reconhecendo o lugar da *Era dos Extremos* como “contraponto à ideia liberal de um capitalismo triunfante como ordem natural do mundo” (TRAVERSO, 2012, p.27). Inserindo *Era dos Extremos* no contexto da célebre tetralogia do historiador britânico (juntamente com as outras três *Eras*, publicadas entre os anos 1960 e 1980), Traverso destaca alguns parâmetros para discussão do “curto século XX” (delimitado, na conhecida periodização de Hobsbawm, entre 1914 e a desagregação da URSS em 1991) – um dos pontos fortes do livro, aliás, é que o autor não deixa de questionar Hobsbawm, levantando nomes importantes da historiografia contemporânea (Christopher Baily, Jürgen Osterhammel e Arno Mayer, especialmente) no sentido de relativizar o entendimento de Hobsbawm sobre a dupla viragem do século XIX (revolução política na França e revolução econômica na Inglaterra) e suas implicações sociopolíticas para o século XX: o processo não foi

---

\* Professor credenciado junto ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Análise de Políticas Públicas (UNESP). Doutorando em História pela FCHS-UNESP. Bolsista CAPES.

rápido, tampouco homogêneo, de modo que seria falso “projetar sobre todo o século a imagem de uma modernidade que só foi imposta no fim, ou interpretar os conflitos políticos e revoluções como o produto de contradições da sociedade industrial” (TRAVERSO, 2012, p.34, tradução minha). A periodização de Hobsbawm, nesse sentido, é criticada por ser “prisoneira de um horizonte eurocêntrico”: críticas que permitem uma discussão das reflexões de Hobsbawm à luz das obras de Giovanni Arrighi, enfatizando os ciclos de acumulação na reordenação do capitalismo (desde o “século americano”, entre 1870 e 1990, até o “século chinês” inaugurado pela crise do fordismo e a ascensão de uma economia financeirizada/globalizada) e Michael Hardt/Toni Negri, com o conceito de “Império” destacando uma configuração de poder “desterritorializada” em uma nova forma de soberania, substancialmente diferente, portanto, do imperialismo clássico do oitocentos, teorizado por Hobsbawm nos termos de uma *partição* político-administrativa e de uma dominação (*rule*) formal a partir do Estado nacional.<sup>1</sup>

O tema que subjaz as análises de Traverso sobre o século XX, aliás, é o da violência. Em passagem instigante, o autor discute o entendimento das barbáries do século XX de Hobsbawm comparando-o com a crítica da razão instrumental de Horkheimer e Adorno, matizando o argumento de Hobsbawm em relação aos frankfurtianos: Traverso aponta que, para o historiador britânico, “o século XX opôs a liberdade à igualdade, duas noções provenientes da tradição das Luzes, de forma que o nazismo seria uma variante moderna do anti-Iluminismo” (TRAVERSO, 2012, p.53-54, tradução minha). Como compreender as formas históricas das violências políticas? Sob o sugestivo título “1789 e 1917 após 1989”, o segundo capítulo propõe uma análise das obras de François Furet e Arno Mayer. O argumento discute como a historiografia tratou o problema das revoluções modernas, sobretudo à luz da experiência soviética no século XX. Para Traverso (2012, p.66), os trabalhos de Furet, crítico acerbo da Revolução Francesa, “desistorizam a Revolução, transformando-a em uma peça na qual só agem conceitos, sem espessura social e fora de toda circunstância exterior, conduzindo a uma metafísica do Terror”. Afinal,

Se a historiografia jacobino-leninista da Revolução Francesa sempre foi prisioneira – desde Albert Mathiez – de uma leitura teleológica que interpreta 1789 à luz de 1917, vendo os jacobinos como os ancestrais dos bolcheviques, Furet não sai dessa visão. Ele se limita a inverter os códigos, substituindo a epopeia revolucionária por uma narrativa totalitária em que a “vulgata leninista” dá lugar à vulgata liberal (TRAVERSO, 2012, p.70, tradução minha).

---

1 Malgrado a discussão com o conceito de “Império”, Traverso não proporciona uma análise mais esmiuçada das teses de Hardt-Negri, o que implicaria situar o problema do “Império” à luz de duas obras posteriores dos autores: *Multitude* (2004) e *Commonwealth* (2009).

Tecendo analogias entre 1789 e 1917, a obra de Arno Mayer (*The Furies*) sublinha, sobretudo, a violência e o terror como denominadores comuns dos processos revolucionários.<sup>2</sup> A análise de Mayer não trata de desvios autoritários e totalitários, ou seja, não seria possível separar 1789 do “Terror” de 1793, nem fevereiro de outubro de 1917. Nos termos de Traverso (2012, p.73), tal entendimento configura a radicalidade das violências revolucionárias tomando o terror como momento *consustancial* e *estrutural*. Apesar de retomar com densidade o debate sobre os fundamentos políticos da violência, como bem pondera Traverso, a abordagem de Mayer ofusca dimensões importantes das revoluções modernas, especialmente no entendimento de 1917, já que

[...] o comunismo não foi apenas um pesadelo orwelliano. Foi um movimento que conseguiu dar um sentimento de dignidade às classes subalternas e acender as esperanças de muitas gerações. Toda a história do século XX foi atravessada por este Janus de duas faces, capaz de incarnar, a um só tempo, um sistema totalitário com fortes aspirações emancipatórias, mobilizando milhões de homens e mulheres em escala planetária. Talvez seja por isso que, hoje, com o fim desta “era dos extremos”, nós nos encontremos em um mundo pálido de utopias, no qual a comemoração das vítimas dos genocídios substitui o vazio deixado pelas esperanças das revoluções naufragadas (TRAVERSO, 2012, p.88, tradução minha).

Um dos pontos fortes da obra certamente reside nas análises teóricas sobre o nazismo, os fascismos e o stalinismo: tema de três capítulos. Discutindo com George Mosse, Traverso entende o fascismo como fruto do traumatismo da guerra total, que “havia banalizado a violência e brutalizado as sociedades, acostumando-as com o massacre industrial e com a morte anônima em massa” (TRAVERSO, 2012, p.99, tradução minha). Mosse, a bem da verdade, desdobrava a violência política a partir de um processo mais amplo: a “nacionalização das massas”. Tomando como base analítica o simbolismo, a linguagem, os mitos e os ritos identitários coletivos, trata-se de uma historiografia preocupada com as formas simbólicas (em aberto diálogo com os métodos de Cassirer e Aby Warburg),<sup>3</sup> enfatizando a significação política subjacente ao simbolismo e às

---

2 O quadro conceitual de Mayer, obviamente, busca uma tessitura bastante densa entre conceitos e processos, de modo que não fica restrito ao tema da “violência revolucionária”. Entendimentos como a guerra civil, a contrarrevolução e o tema da vingança política também compõem a teorização de Mayer sobre as revoluções. A démarche da obra, aliás, não poderia ser mais sintomática: “a revolução apresenta duas faces contrastantes: uma, gloriosa e apelativa; outra, violenta e terrível. Hoje a utopia está completamente eclipsada pela distopia” (MAYER, 2000, p.3, tradução minha).

3 É preciso notar que, no livro de Traverso, em função dos propósitos da abordagem, a discussão teórica ficou bastante comprometida. Convém assinalar uma dimensão crucial para a reflexão historiográfica: ao passo que Mosse absorve dos autores citados as balizas teórico-metodológicas para o entendimento histórico das percepções sociais sobre o simbolismo, ele busca também um afastamento, entendendo que os autores (todos curiosamente escrevendo nos escombros de Weimar e no início da trajetória do Nacional Socialismo) acreditavam que “o irracional poderia ser domesticado nos quadros do pensamento racional por meio de um exercício da mente racional. Eles examinaram os mitos do passado a fim de assegurar uma abordagem racional para a construção da sociedade presente. Homens como Aby Warburg e Ernst Cassirer acreditavam que as investigações acadêmicas, históricas e filosóficas dos mitos e

formas pelas quais esses processos constroem um vínculo moderno do conceito de nação com a rotinização de práticas políticas de um “nacionalismo que ajudou a definir a norma, apoiou a conformidade nos costumes e na moral e prometeu proteger as tradições” (MOSSE, 1987, p.12). As formas simbólicas, nesse sentido, permitem compreender que

O nacionalismo moderno nasceu da Revolução Francesa e seu encontro com a sociedade de massa no fim do século XIX lançou as bases para o nascimento do fascismo, que ocorreu após a ruptura de 1914. Assim, o fascismo incarnava a rejeição de um legado filosófico e cultural das Luzes (o ideal de *Bildung*), ao passo que prolongava e radicalizava outros traços constitutivos (a nacionalização das massas) (TRAVERSO, 2012, p.106, tradução minha).

Se os mitos, os símbolos e a estética indicavam vetores desse processo, as determinações políticas e ideológicas, para Traverso (2012, p.106), devem ser buscadas, conforme a abordagem de Zeev Sternhell, “em um conflito radical com a filosofia das Luzes e com todos os valores – liberdade, igualdade, democracia, direitos do homem – proclamados pela Revolução Francesa”. Tema importante para a compreensão dos fascismos europeus, conforme argumenta Traverso (2012, p.113), é a contrarrevolução: afinal, “a revolução fascista só pode ser definida a partir de uma oposição radical à revolução comunista. Era, nesse sentido, uma ‘revolução contra uma revolução’. No fundo, é esta dimensão contrarrevolucionária que constitui a base comum dos fascismos na Europa”.

Os matizes entre o argumento de Traverso e parte da tradição marxista nas discussões sobre a contrarrevolução são significativos. Karl Korsch (1977, p.242, tradução minha), por exemplo, nos anos 1930 (já no exílio norte-americano) situava a contrarrevolução em uma teoria histórica geral, emparelhando, em diversas dimensões, os regimes nazifascistas e a política stalinista (à qual o filósofo frontalmente se opunha): como “o Estado dos trabalhadores, emergindo da revolução de 1917 na Rússia, [...] transformou-se de um instrumento da revolução proletária em um instrumento da contrarrevolução europeia de hoje?”. Para Traverso (2012, p.114, tradução minha), em outra chave analítica, é justamente o tema da contrarrevolução que delimita uma *separação formal* entre nazi-fascismo e comunismo soviético, já que

---

símbolos levariam a uma integração entre o que era não-racional e o racional na crítica da cultura. Não podemos mais manter tal otimismo, uma vez que era baseado na ideia formulada por Cassirer de um esclarecimento progressivo da humanidade até que o homem percebesse as bases racionais de sua existência” (MOSSE, 1987, p.16, tradução minha).

O fascismo tenta articular em um sistema coerente elementos ideológicos nascidos antes da Revolução Russa de 1917 e não há dúvida de que seu anticomunismo está inserido no tronco da anti-Ilustração. Mas o anticomunismo permanece indispensável para amalgamar esses diferentes elementos e, sobretudo, para transformar uma ideologia em política e uma visão de mundo em um programa de ação. Dito de outra forma, o fascismo não existiria sem o anticomunismo, ainda que ele não possa ser reduzido a isso.

A fronteira entre as formas do fascismo e uma análise do poder político e do “totalitarismo” é certamente tênue. O ponto de partida do autor é a análise de três conceituações clássicas sobre o tema: Mosse, que prende a forma política do fascismo a certa tradição jacobina; Sternhell, que situa o totalitarismo fascista como crítica moderna das Luzes, buscando uma reintegração da comunidade nacional; Gentile, que identifica a racionalização total do Estado totalitário como projeto de modernização fundado no culto da técnica e da formação do “homem novo”. Traverso analisa o totalitarismo dentro de uma teorização do poder para, em seguida, criticar o próprio conceito e suas fundamentações: “em suas formas ideal-típicas, o totalitarismo é um modelo abstrato [...] Um simples olhar sobre a origem, a evolução e o conteúdo social desses regimes revela diferenças muito profundas quanto à duração, ideologia e conteúdo social” (TRAVERSO, 2012, p.177-178, tradução minha). A própria “violência totalitária” deve ser matizada, de modo que

[...] a do comunismo foi essencialmente *interna* à sociedade que ela procurava submeter, normalizar, disciplinar e modernizar por métodos autoritários, coercitivos e criminais. As vítimas do stalinismo foram, quase sempre, cidadãos soviéticos. A violência do nazismo, ao contrário, foi essencialmente projetada para o *exterior* (TRAVERSO, 2012, p.178, tradução minha).

Desdobrando os clássicos termos de Aron em *Democracia e totalitarismo*, a diferenciação seria entre um projeto autoritário de transformação da sociedade (stalinismo) e um projeto de extermínio racial e político como finalidade em si (nazismo) – posição que Traverso traduz como um modelo pautado em racionalidade de fins (modernização) acompanhada de uma irracionalidade dos meios empregados (trabalhos forçados, prisões etc.) e um projeto construído sobre uma racionalidade instrumental radical (extermínio em “escala industrial”) aliada a um fim social totalmente irracional (o *Lebensraum*, o *Volk* germânico, a “regeneração moral” etc.). Traduzida nos genocídios, a violência do século XX, para Traverso, encontra um momento de síntese no Holocausto – epígono de um

encontro entre a “violência fria” (técnica, massificada e burocratizada – o que o autor chama de “racionalidade instrumental”) e a “violência quente”, entendida como uma “ruptura das barreiras antropológicas e psicológicas que, em tempos normais, asseguram a coexistência civil” (TRAVERSO, 2012, p.182, tradução minha).

A forma histórica do poder político ganha espaço nas discussões do sexto capítulo, que discute o biopoder a partir de Foucault e Agamben, contrapondo o tema foucaultiano de biopoder como “mecanismos difusos de gestão da vida” à “ontologização do biopoder” de Agamben (unificando, portanto, biopoder e poder soberano). Traverso parte dessas discussões para delimitar seu próprio ponto de vista, afirmando que

As violências de massa do século XX sempre apresentam, para além de seus contextos, de seus atores sociais e de suas formas às vezes muito diferentes, o mesmo traço comum: elas são violências de Estado [...] Estudar essas violências significa inevitavelmente levar em conta as aporias de um processo de civilização que as ciências sociais, de Weber a Elias, sempre identificaram na construção do monopólio estatal dos meios de coerção [...] Para estudar as violências estatais, é preciso desconstruir os mecanismos e se interrogar sobre sua racionalidade instrumental intrínseca (técnica, administrativa, produtiva e política) (TRAVERSO, 2012, p.207, tradução minha).

Interligado ao tema da violência no século XX, a experiência do exílio merece também um capítulo à parte na obra. Sob inspiração de uma “hermenêutica da distância” à *la* Ginzburg, o autor entende que a distância “modifica as perspectivas, acentua ou neutraliza tanto a empatia quanto o olhar crítico” (TRAVERSO, 2012, p.212, tradução minha). De que modo as experiências em exílio afetam a vida intelectual? A indagação, a bem da verdade, coloca a discussão do autor no conjunto de teorias nas Ciências Sociais preocupadas com as temáticas do deslocamento (*déplacement*) e das “transferências culturais”. Conforme assinala a abordagem de Traverso, o grande distintivo do século XX para a temática deve ser buscado justamente em uma reflexão histórica: a violência política “total” que alterou o eixo intelectual do Ocidente entre as décadas de 1910 e 1940. Nesse sentido, o autor discute as situações de vários intelectuais (Günther Anders, E. Kantorowicz, Arnaldo Momigliano, H. Arendt, T. Adorno etc.) para enfatizar que

As migrações, as diásporas e os exílios deixaram marcas profundas na cultura do século XX [...] Sismógrafos sensíveis, em função de sua instabilidade e precariedade como *outsiders*, das contradições e conflitos que

atravessam o planeta, eles foram os primeiros analistas, provavelmente também os mais perspicazes, das violências da “era dos extremos” (TRAVERSO, 2012, p.211, tradução minha).

É justamente no confronto com um século estilhaçado por conflitos nacionais, perseguições étnicas e ressentimentos políticos que está situado o esforço teórico do último capítulo, que discute as imbricações e os afastamentos entre história e memória. Embora discuta com importantes trabalhos da área (Halbwachs, P. Nora etc.), a preocupação de Traverso é analisar a problemática “identidade europeia” à luz das catástrofes do século XX e das atuais ambições e problemas da própria União Europeia. O tema é sintomático para nossos tempos, contando com uma já volumosa bibliografia (de Habermas a Perry Anderson, por exemplo): a grande contribuição de Traverso é enfatizar que o entendimento da história do século XX deve ser distanciado das “guerras de memória”, o que significa encarar “a complexidade de um passado irreduzível a uma simples confrontação entre perseguidores e vítimas” (TRAVERSO, 2012, p.282, tradução minha). A obra, enfim, possui um notável vetor político: passado e futuro estão profundamente entrelaçados, sendo permanentemente fabricados e reinventados. A reflexão historiográfica, nesse sentido, é também uma tarefa de intervenção, demarcando os usos políticos do passado. Em chave *crítica*, Traverso questiona, a todo instante, os limites da própria razão: propõe uma historiografia de conteúdo reflexivo, capaz de aguçar juízos e afinar percepções sobre as trilhas de nossos próprios desenganos.

## **Referências**

DINER, Dan. *Zeitenschwelle: Gegenwartsfragen an die Geschichte*. Munique: Pantheon, 2010.

KORSCH, Karl. State and Counterrevolution. In: KELLNER, Douglas. *Karl Korsch: revolutionary theory*. Austin: University of Texas Press, 1977.

MAYER, Arno. *The Furies*. Princeton: Princeton University Press, 2000.

MOSSE, George. *Masses and man: nationalist and fascist perceptions of reality*. Nova York: Wayne State University Press, 1987.

TRAVERSO, Enzo. *L'histoire comme champ de bataille*. Paris: La Découverte, 2012.